

MESA REDONDA

A PESQUISA HISTORICA FORA DAS INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Edilane Almeida Carneiro

Dossiê – Agenda de Investigação Histórica Ltda.

Não é novidade para nenhum de nos, historiadores, o problema da limitação de nosso mercado de trabalho, especialmente para aqueles que optam por viver do ofício da pesquisa, seja em instituições públicas ou junto a iniciativa privada.

Entretanto, não é o caso de lamentarmos indefinidamente, procurando culpados. Mais importante é criarmos alternativas. E nessa perspectiva que compreendemos a criação da DOSSIÊ e de outras firmas de pesquisa histórica.

Acreditamos, inclusive, que esse não é um fenômeno isolado. Para se falar, hoje, das possibilidades da pesquisa histórica, é preciso acompanhar um movimento mais amplo, que diz respeito a expansão da História, para além dos limites da academia e das instituições oficiais, cativando um público muito maior, sem perder, e claro, o atributo da qualidade e do rigor científico.

Pode ser que essa "moda retro", essa procura de raízes, seja um dos aspectos da necessidade de identidade, tanto no âmbito da família, quanto no de empresas ou de cidades. Como se, nos dias de hoje, pedíssemos a História respostas para questões vitais como: quem somos, donde vimos, para onde vamos?

Mas esse não seria o único fator a contribuir para o sucesso da História junto ao grande público. Também a decepção das pessoas frente a modernidade e ao progresso reabilita a História, preenchendo uma carência de fundamentação em relação ao real.

Com efeito, há muito que se pensar sobre isso. De qualquer forma, essa "moda retro", ou que nome se queira dar, é um fenômeno perceptível e atestado pela popularidade dos livros de História junto a leitores não especializados. O que, diga-se de passagem, está certamente ligado a combinação de características muito caras a "Nova História", como o retorno da narrativa, com a recuperação da "arte de contar" e, por conseguinte, com a produção de textos mais prazerosos e o tratamento de novos objetos, antes esquecidos por uma história política, de Estados e estadistas, e também por uma certa historiografia marxista eminentemente economicista.

Para nós, e também para outros, esse momento significou a possibilidade de lidarmos com pesquisa, de insistirmos no ofício do historiador, trabalhando com memórias de instituições privadas, genealogias, biografias, histórias de cidades e até mesmo de cavalos.

Desenvolvemos projetos que nos são encomendados ou apresentados por nos ao cliente, o que não quer dizer, de maneira nenhuma, que nos sejam impossíveis o rigor científico e a preocupação teórica e metodológica.

A propósito do nosso trabalho, importa, sobretudo, pensar suas especificidades e desafios e, para tanto, retomaremos aqui a experiência com a história do cavalo Mangalarga Marchador

Para nos, afora varias outras particularidades, como interesses e objetivos do cliente, nos grande desafio e o dialogo entre nossa empresa e o cliente - no caso, a Associação Brasileira do Criadores de Cavalo Mangalarga Marchador [ABCCMM]. A dificuldade consiste em travai m dialogo entre diferentes, na medida em que nosso interlocutor nem sempre se expressa na nos (linguagem. Alguns jamais pararam para pensar sobre a História e tem uma relação com o passado' cristalizada em estereótipos, apoiada em uma concepção "ingênua" da história, no sentido de que passado e o conhecimento do passado restringem-se apenas a ordenação de fatos isolados, datas e biografias de "grandes homens".

Por isso, e preciso que repensemos sempre os nossos pressupostos metodológicos para explicarmos o que, para nos, pode parecer obvio, como, por exemplo, a relatividade da verdade histórica, a pertinência de uma história-problema contraposta a simplificação de uma historia eminentemente factual.

Voltando a história do cavalo Mangalarga Marchador, e muito elucidativo citar que no nosso primeiro contato com o cliente nos foi solicitada a "comprovação documental" para uma versão da origem da raça Mangalarga que vem sendo transmitida há anos. Conta-se que um prestigiado barão do sul de Minas, o Barão de Alfenas, teria ganho da Família Imperial um garanhão da Coudelaria de Alter do Chão em Portugal. O cruzamento com suas éguas criadas em sua fazenda teria dado início a raça Mangalarga Marchador. Caberia a nos eliminar as controvérsias quanto a datas e a alguns nomes, escrevendo, então, uma história verdadeira, científica e definitiva.

Ao longo de meses de pesquisa pelas fazendas, cartórios, arquivos públicos e particulares, do interior e de outros Estados, convencemo-nos de que, mais do que comprovar essa versão, importava contextualizar esses acontecimentos, recuperar seus personagens e alinhar os vestígios de suas atividades.

Recuamos ao final do século XVIII e início do XIX, para o contexto do abastecimento da Corte pelos núcleos produtores do sul de Minas. Nesse cenário, transitavam os protagonistas dessa história. Fomos encontrá-los nos registros, barreiras e recebedorias da Comarca do Rio das Mortes, Passavam com escravos, mantimentos, gado vacum e cavalos, pagando entradas, dívidas, subsídios e outros tributos exigidos. Esse comércio garantia-lhes uma relativa influencia política. No entanto, são poucos os vestígios das atividades desses criadores - alguns depoimentos, algumas fotografias e poucos documentos.

Empenhamo-nos em preencher as falhas e silêncios com as pistas reunidas e, por certo, com a imaginação, buscando conciliar rigor e encanto, como diz Georges Duby. E, assim, escrevemos uma história do cavalo Mangalarga Marchador, que, com certeza, não é definitiva, mas, sem duvida, transcende o universo estritamente político e diplomático da Corte, para explorar o contexto mais amplo das estruturas sociais e econômicas do Brasil na passagem do século XVIII ao XIX.

Por fim, o nosso trabalho envolvera sempre um constante esforço de sensibilizar o nosso cliente, levando-o a repensar sua relação com o passado, com a memória, com o saber histórico. Dessa forma, a cada pesquisa aprendemos e ensinamos que o acontecimento só tem sentido se integrado em series temporais mais amplas; que "grandes homens" - barões, inclusive - não são entidades aistóricas; que os silêncios são indicadores poderosos; que o documento deve ser interpretado, desmontado e lido como produto de uma dada sociedade.

Na dificuldade do diálogo, o produto de nossas investigações deve falar por nós propondo-se a ser uma reflexão sobre a História.